

# NOTIFICAÇÃO DE PENHORA

**Processo n.º 2024/1234/5T8LSB** – 2.ª Vara Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

**Requerente:** XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda.

NIF: 514 321 876

Morada: Av. das Nações Unidas, n.º 45, 5.º Dto., 1050-064 Lisboa

**Requerido:** ABC – Consultoria Empresarial, Lda.

NIF: 219 654 332

Morada: Rua do Carmo, n.º 12, 3.º Esq., 1200-150 Lisboa

**Mandatários:**

Dr. João Silva – OAB/LI 12345

Dra. Maria Fernandes – OAB/LI 67890

Lisboa, 12 de fevereiro de 2026

## I. INTRODUÇÃO

Nos termos do despacho de fls. 112-115, datado de 30 de janeiro de 2026, proferido pelo Juiz da 2.ª Vara Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, foi decretada **penhora** dos bens pertencentes à ABC – Consultoria Empresarial, Lda., a fim de garantir o cumprimento da obrigação de pagamento de € 150 000,00 (cento e cinquenta mil euros) referente à indemnização por perdas e danos, bem como a restituição dos pagamentos antecipados efetuados pela XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda.

A presente notificação tem por objetivo comunicar à parte ré a medida de penhora decretada, indicar os bens afetados e informar os prazos e procedimentos para eventual impugnação.

## II. BENS PENHORADOS

Descrição do Bem	Localização	Valor Estimado (€)
1. Computador portátil marca Dell, série 12345XYZ	Escritório da ABC – Rua do Carmo, n.º 12, 3.º Esq., Lisboa	2 500,00
2. Licença de software “Enterprise Suite” – 5 utilizadores	Sede administrativa – Rua do Carmo, n.º 12, 3.º Esq., Lisboa	12 000,00
3. Veículo ligeiro marca Renault, matrícula 45-AB-67	Parque de estacionamento da empresa, Rua do Carmo, n.º 12, Lisboa	18 000,00
4. Conta bancária n.º PT50 0000 1234 5678 9012 3456, Banco BPI	Agência BPI – Av. da Liberdade, n.º 190, Lisboa	120 000,00
<b>Total</b>		<b>152 500,00</b>

*Obs.: Os valores acima são estimativas baseadas em avaliações periciais realizadas por peritos nomeados nos autos (fls. 120-124).*

## III. PRAZOS E PROCEDIMENTOS

- Prazo para impugnação** – Nos termos do artigo 665.º, n.º 1, do Código de Processo Civil, a parte ré tem o prazo de **15 (quinze) dias úteis** a contar da data de recebimento desta notificação para apresentar, por escrito, a sua **oposição à penhora**, bem como para indicar eventuais bens impenhoráveis ou que devam ser excluídos, nos termos do artigo 669.º do CPC.

2. **Forma de apresentação** – A oposição deverá ser dirigida ao Juiz da 2.<sup>a</sup> Vara Cível, com cópia para o Ministério Público, através do mandatário da parte ré, devendo ser juntada aos autos no balcão de entrada do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, ou enviada por correio certificado com aviso de receção.
  3. **Efeitos da não oposição** – Decorrido o prazo acima indicado sem que tenha sido apresentada oposição, a penhora será considerada **irrevogável** e passará a produzir os seus efeitos executórios, nomeadamente a **realização** dos bens penhorados para satisfação do crédito reconhecido.
  4. **Comunicação de realização** – A eventual realização dos bens penhorados será comunicada à parte ré, nos termos do artigo 698.º do CPC, e o montante arrecadado será destinado, em primeira instância, à satisfação da dívida reconhecida, nos termos do artigo 702.º.
- 

#### IV. DISPOSIÇÕES FINAIS

- **Custas processuais** – As custas relativas à prática da penhora, bem como as despesas de avaliação e realização, serão suportadas pela parte ré, nos termos do artigo 782.º do CPC.
  - **Direitos da parte ré** – A parte ré tem o direito de solicitar a substituição dos bens penhorados por outros de valor equivalente, caso existam, nos termos do artigo 672.º do CPC, devendo apresentar proposta fundamentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de notificação.
  - **Contactos** – Para quaisquer esclarecimentos adicionais, a parte ré pode contactar o mandatário da parte requerente, Dr. João Silva, através do telefone +351 21 555 1234 ou do endereço de e-mail joao.silva@xyztech.pt.
- 

#### V. ASSINATURA

Lisboa, 12 de fevereiro de 2026

**XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda.**

---

*Dr. João Silva – OAB/LI 12345*

---

*Dra. Maria Fernandes – OAB/LI 67890*

*Mandatários da parte requerente*

---

**Nota:** Esta notificação foi enviada por correio certificado com aviso de receção e entregue em mão própria ao representante legal da ABC – Consultoria Empresarial, Lda., na data acima indicada.